

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Tribuna da Imprensa

Class.: 288

Data 24 de abril de 1980

Pg.:

É certo que estudiosos do quilate de um Nunes Pereira, renomado mundialmente conhecido, autor, entre diversas obras de "Batuta e Suas Experiências" e do antológico "Moronguetá — Um Decameron Indígena", de um Darcy Ribeiro (antropólogo respeitado em mais de uma dezena de países e autor entre outros trabalhos do indispensável "Os Índios e a Civilização"), nunca se calaram diante da proverbial insensibilidade do Governo com respeito aos índios. Também é verdade que sertanistas do porte humano de um Ncel Nutels, dos irmãos Villas Boas estiveram sempre a denunciar as políticas etnocêntricas, de erradicação do índio, praticadas pelos governos que se sucederam a partir de abril de 1964. Entretanto o elemento novo a destacar é a entronização da questão indígena como questão prioritária pelas vanguardas intelectuais do País.

I — O Golpe de Abril e Suas Consequências Sobre o Mundo Indígena

Qualquer análise da situação humana do índio que não queira permanecer ao nível das dissertações piedosas ou da crônica policial-capitalista deverá levar em conta as seguintes questões de método:

1 — O enfoque e o tratamento da questão indígena dependerão sempre do enfoque e do tratamento dados ao HOMEM, à pessoa humana pelo PODER, pelo SISTEMA. Queremos dizer com isso que um sistema sócio-econômico fundado na mística do lucro, no utilitarismo predatório, selvagem e antiecológico (a que Nunes Pereira chamou de "SIFILIZAÇÃO") é incapaz de produzir um discurso e uma prática social à altura de captar o HOMEM como alvo, como meta social a atingir. Esta impossibilidade estrutural do sistema capitalista em conceber o HOMEM como "leit-motiv" de uma organização social dada, agrava-se quando se trata de apreender um sujeito cultural pleno de autoridade como o índio: o indígena é um outro radicalmente outro.

2 — Os militares que ocuparam o poder em 1964 tiveram sua prática sócio-política informada por fontes ideológicas de obscura procedência. As nascentes longínquas de seu comportamento devem ser

buscadas no autoritarismo do credo positivista e a atualidade de sua postura exibe marcas evidentes de um espírito colonialista, geo-politicamente agressivo, preocupado em forjar à maneira subimperialista um Brasil economicamente atraente face aos investidores multinacionais ao despotar como a grande potência da América do Sul.

3 — Um dos componentes sociais do povo brasileiro mais atingidos pelo massacre humano denominado "MILAGRE BRASILEIRO" foi o indígena. Vários fatos concorreram para isso:

a) A Transamazônica estrada estigma ignorando a ecologia da região, dizimando a floresta (11 milhões de hectares foram destruídos), arrasando aldeias indígenas inteiras; atuou como um espantoso eixo de colonização interna descaracterizando o meio ambiente e nutrido nossa incontável galeria de tipos-sociais de personagens como a prostituta de onze anos; o trabalhador-imigrante candidato a escravo nos latifúndios e obras das grandes empresas; o posseiro sem perspectiva; o aliciador mestiço de mão-de-obra a ser escravizada; o atravessador madeireiro, inimigo moral da Floresta Amazônica; o jagunço multinacional, grileiro sofisticado a soldo das multinacionais, analfabeto em várias línguas e especializado em silenciar os reclamos cíclicos dos trabalhadores achacados além de expulsar os índios de suas áreas naturais; e "last but not least" o arquétipo social do projeto "Brasil-Grande": o índio bêbado vestido à ocidental, roído de sífilis, despojado da dignidade do seu "ethos". Em suma, um micro-universo prostituído e desfigurado em nome de uma causa apresentada à opinião pública como Nacionalista: a noção grandiloquente de "AMAZÔNIA INTEGRADA".

b) A pressão crescente das multinacionais, dos conglomerados capitalistas "Nacionais" e estrangeiros no sentido do alargamento de suas possessões fundiárias implicou na expansão e penetração desses grupos para lá dos limites de suas terras. Esse fenômeno "expansionista" ocorreu em todo o Brasil, especialmente na AMAZÔNIA, nos dois MATOGROSSO, no Sul do Brasil (recorde-se, por exemplo, o crime cometido pelo grupo capitalista Slaviero, do Paraná, culminando na morte do cacique Angelo Cretan da reserva Kaingangue). E por

ENSAIO

PELO ÍNDIO

JOÃO RICARDO MÁXIMO

O repensamento intenso que vem sofrendo a situação do índio no Brasil — nos últimos dois anos especialmente — merece um exame particular. A nosso ver a famigerada "abertura" da vida política brasileira, isto é, o clima social novo imposto pela intensificação das lutas populares contra o movimento militar que chegou ao poder em abril de 1964 — permitiu que viessem à tona se tornassem públicas — as reflexões, as lógicas e as práticas sociais que antes permaneciam nas catacumbas do pensamento de vanguarda deste país. Dentre estas temáticas emerge como uma das mais cruciais aquela que se refere à condição humana do índio entre nós.



João Ricardo Máximo, Gomes Ferraz: Pesquisador da École Des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris no setor de História Contemporânea. Poeta, publicou recentemente os poemas "ANGELO CRETAN ASSASSINADO" e "CARNAVALHA" no Caderno B do Jornal do Brasil e a poesia "FLAVIA SHILLING OU O CANTO DAS TRÊS MANHAS" na TRIBUNA DA IMPRENSA.

que? Ora — o instinto de classe desses grupos capitalistas fez-lhes lançarem-se com ímpeto particular contra as regiões ocupadas pelos índios. Sabendo, pertencente da inexistência de uma legislação oficial demarcando de forma inequívoca as terras indígenas, aqueles

grupos não hesitaram em apelar para eliminação pura e simples do índio. Sabe-se, por exemplo, que as tensões entre indígenas protegendo seus territórios e organismos estatais vinculados aos conglomerados industriais estrangeiros levou estes últimos a servirem-se do uso de

Napaim — o tristemente célebre desfolhante de que se serviu a América do Norte na guerra de extermínio movida contra o Vietnã — contra os índios Cinta-Larga.

c) A atitude dos governos militares de 1964 a estes dias no que respeita à questão indígena foi sempre de extrema ignorância. Uma concepção "sui-generis" de progresso animou seus planos desenvolvimentistas. Modelos de etnocentrismo, tais planos fazendo abstração deliberada dos mais elementares princípios da antropologia e da etnografia apreenderam o índio como obstáculo e entrave às exigências do "progresso". O índio constituiria um anacronismo, herança de um BRASIL ARCAICO a que cumpriria superar. Ou segundo os termos militares: a "INTEGRAÇÃO" da AMAZÔNIA, pressuporia a "Integração do índio". Uma tal postura, obviamente, estimulou os apetites anexionistas dos grupos latifundiários. Todo um arsenal de crenças incompatíveis com a ciência da ANTROPOLOGIA e da ETNOGRAFIA forneceram o parâmetro "ético" com que se trataria a questão indígena. O caráter constitutivo essencial destas crenças foi e é um pragmatismo pseudo-modernizante fortemente marcado pela incompreensão da questão indígena e pelo temor inconsciente suscitado pelos temas implícitos naquela (o remeximento dos estigmas nacionais). A perspectiva dos antropólogos, etnógrafos e sertanistas necessariamente orientada para a preservação e compreensão do mundo indígena (de sua personalidade, seu cosmos, seu habitat) não foi levada em consideração. Seus conceitos e argumentos foram invariavelmente rebatidos sob a alegação governamental de que se tratavam, na verdade, de posturas sentimentais que captavam o índio como um fetiche impedindo-o de ajustar-se aos imperativos categóricos da PÁTRIA NOVA. Tais argumentos — objetava o governo militar — tratavam de modo paternalista o indígena esquecendo-se de que o mesmo é um cidadão, um indivíduo como outro qualquer, perfeitamente enquadrável nos planos sócio-econômicos prioritários da Nação. Tachando de românticos e utopistas os cientistas sociais — únicos de direito habilitados a opinar sobre a natureza e a especificidade indígena — a "REALPOLITIK" do Governo fez ouvir de mercador as suas ponderações. Breve os

ideólogos do Governo operando sob a égide da FUNAI (Fundação Nacional de Assistência ao Índio) conceberam as fórmulas do índio-cidadão, vale dizer, do índio-operário purgado de seu escandaloso passado selvagem e apto a engrossar os contingentes humanos fornecedores da mão-de-obra mais desvalorizada da face da terra.

II — A "Comissão Pró-Índio: Uma Anti-Funai"!

O trabalho de solidariedade efetiva com a causa indígena sustentado pela Comissão Pró-Índio nasce de sua própria morfologia espiritual. Realista, composta de jovens intelectuais possuidores de uma visão outra, total e harmoniosa da realidade brasileira, comprometidos com uma captação científico-humanista da problemática nacional a "Comissão Pró-Índio" tem na exigência consequente "PELA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS", a chave de sua eficácia. Condição necessária para retirar da inércia de uma FUNAI o ponto nodal da questão indígena: A TERRA. A demarcação das terras indígenas é uma das vias inadiáveis da preservação e inviolabilidade do seu território, local sagrado para sua sobrevivência material e espiritual.

É sintomático de uma nova mentalidade nacional o surgimento da Comissão Pró-Índio. Este clima nos faz recordar o mesmo teor sócio-político da década de 1920 brasileira. Os temas cruciais de nossa História reaparecem. Talvez pudéssemos falar de uma nova modernidade. Afinal não se trata de obra do acaso que questões candentes grudadas ao corpo de nosso passado histórico sejam resgatadas do limbo governamental, do ócio do Sistema. A questão indígena é uma delas. Ao lado da questão operária; da questão racial; da questão feminista. A psicanálise de nossos quatro séculos recomenda a ser feita. Recomendamos a saldar velhas dívidas com o nosso inconsciente. Na década de oitenta os novos "antropólogos" não extraem seus símbolos dos quadros modernistas; vão buscá-los no Nordeste, na Amazônia, nos Mato-Grosso, no Sul do País onde um Angelo Cretan, cacique Kaingangue, assassinado pelo Poder é lembrado com orgulho, não com tristeza como um dos precursores do novo índio brasileiro.